

PM-PA

POLÍCIA MILITAR DO PARÁ

500 questões gabaritadas
Praticando
Soldado



CÓD: SL-182ST-23
7908433242628

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Informática	39
3. Raciocínio Lógico	51
4. Noções de Direito Constitucional	65
5. Noções de Direito Administrativo	79
6. Noções de Direito Penal	91
7. Noções de Direito Processual Penal	103
8. Noções de Direito Penal Militar	117
9. Noções de Direito Processual Penal Militar	127
10. Legislação Penal Extravagante	135
11. Noções de Direitos Humanos	149

(D) tempo presente do modo indicativo, expressando que a ação de levar acontece naquele momento.

(E) tempo pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo, expressando que a ação de levar aconteceu anteriormente ao momento em que os compadres viam “o céu escurecer bonito”.

3. CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT8/TRT 8/APOIO ESPECIALIZADO/ENGENHARIA CIVIL/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Colocação Pronominal

Texto CG1A1

O capitalismo de vigilância é uma mutação do capitalismo da informação, o que nos coloca diante de um desafio civilizacional. As Big Techs — seguidas por outras firmas, laboratórios e governos — usam tecnologias da informação e comunicação (TIC) para expropriar a experiência humana, que se torna matéria-prima processada e mercantilizada como dados comportamentais. O usuário cede gratuitamente as suas informações ao concordar com termos de uso, utilizar serviços gratuitos ou, simplesmente, circular em espaços onde as máquinas estão presentes.

A condição para a emergência do capitalismo de vigilância foi a expansão das tecnologias digitais na vida cotidiana, dado o sucesso do modelo de personalização de alguns produtos no início dos anos 2000. No terço final do século XX, estavam criadas as condições para uma terceira modernidade, voltada a valores e expectativas dos indivíduos.

Outras circunstâncias foram ocasionais: o estouro da bolha da internet em 2000 e os ataques terroristas do 11 de setembro. A primeira provocou a retração dos investimentos nas startups, o que levou a Google a explorar comercialmente os dados dos usuários de seus serviços. Para se prevenir contra novos ataques, as autoridades norte-americanas tornaram-se ávidas de programas de monitoramento dos usuários da Internet e se associaram às empresas de tecnologia. Por sua vez, a Google passou a vender dados a empresas de outros setores, criando um mercado de comportamentos futuros. Assim, instaurou-se uma nova divisão do aprendizado entre os que controlam os meios de extração da mais-valia comportamental e os seus destinatários.

Ao se generalizar na sociedade e se aprofundar na vida cotidiana, o capitalismo de vigilância capturou e desviou o efeito democratizador da Internet, que abria a todos o acesso à informação. Ele passou a elaborar instrumentos para modificar e conformar os nossos comportamentos.

Internet: < www.scielo.br > (com adaptações).

Com referência à colocação e ao emprego dos pronomes no **texto CG1A1**, assinale a opção correta.

(A) O pronome “Ele”, no início do segundo período do quarto parágrafo, funciona como elemento de coesão, uma vez que retoma a expressão “o efeito democratizador da Internet”, no período imediatamente anterior.

(B) A próclise empregada em “nos coloca” (primeiro período do primeiro parágrafo) é opcional, de modo que o emprego da ênclise (coloca-nos) também seria correto.

(C) O pronome “seus” (segundo período do terceiro parágrafo) funciona como elemento de coesão e retoma o termo “Google”, no mesmo período.

(D) A correção gramatical do texto seria mantida se o vocábulo “que” (primeiro período do quarto parágrafo) fosse substituído por onde.

(E) O pronome “nossos” em “nossos comportamentos” (segundo período do quarto parágrafo) tem valor demonstrativo.

4. CEBRASPE (CESPE) - ACI (CGDF)/CG DF/FINANÇAS E CONTROLE/2023

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Pontuação (Ponto, Vírgula, Travessão, Aspas, Parênteses, etc)

Texto CB1A1

Percebe-se no Brasil um persistente discurso de negatização da atividade fiscal, do Estado fiscal, ainda marcado por figuras arcaicas como a do “leão” do imposto de renda, a tão repetida expressão “carga tributária”, entre outras. Essa “demonização” do fisco em muito se justifica por uma deslegitimação do Estado brasileiro como um todo e, na seara tributária, especialmente por não sentir retorno a população em relação ao quanto é onerada. Fri-se-se, porém, que essa imagem negativa é, às vezes, patrocinada por quem ideologicamente julga desnecessária uma tributação nas proporções em que o Estado brasileiro vem aplicando.

Nesse cenário, percebe-se, com linhas mais nítidas, um fenômeno que acompanha toda a história tributária do homem: o da oposição social aos tributos, entendida aqui não como uma predisposição “natural”, “inata” dos contribuintes, mas como todo desvio que afasta o contribuinte do cumprimento de uma obrigação tributária, não sendo naturais as causas que o levam a resistir. O contribuinte resiste diante da cobrança de uma tributação ilícita; diante da cobrança ou da instituição de um tributo por um governo ou legislador ilegítimo; diante da possibilidade de se praticar uma conduta tributária menos onerosa, tendo

mecanismos racionais, como a simplificação, que reduz tudo a um único princípio explicativo, e a polarização, que vê a realidade como feita unicamente de elementos antagônicos e irreconciliáveis, deixam o indivíduo sem alternativas. Esses mecanismos traduzem a racionalidade de uma razão incapaz de lidar com os antagonismos, as diferenças e a diversidade.

Portanto^c, o problema que levanta a violência é muito menos o da irracionalidade do que o de uma racionalidade repleta de “razões” para não se deter diante de limites estabelecidos pela própria razão humana. É a razão que, amplificando os conflitos, reduzindo as alternativas ao impasse e superdimensionando os defeitos dos outros, cria os cenários em que florescem as ideologias legitimadoras da violência. Em outras palavras^d, o problema da violência está intimamente ligado ao problema das relações sociais, em que a existência do outro aparece como ameaça real ou imaginária. O que mais espanta na violência, quando ela é razão de espanto, é a sua dramaturgia, a exposição da crueldade ao estado puro. É, pois^e, o caráter aparentemente absurdo dessa dramaturgia que confere à violência o status de irracionalidade. No entanto^b, as razões dessa irracionalidade raramente são explicitadas e, frequentemente, deixam de existir quando o recipiente de atos violentos é o “inimigo”.

Angel Pino. *Violência, educação e sociedade: um olhar sobre o Brasil contemporâneo*. In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 763-785, out./2007 (com adaptações).

Seria gramaticalmente correta e manteria os sentidos do texto CG1A1-I a substituição de

- (A) “Ora” por **Então**.
- (B) “No entanto” por **Porquanto**.
- (C) “Portanto” por **Por conseguinte**.
- (D) “Em outras palavras” por **Outrossim**.
- (E) “pois” por **sem embargo**.

49. CEBRASPE (CESPE) - TEC NECRO (PC RO)/PC RO/2022

Assunto: Língua Portuguesa (Português) - Reescrita de Frases. Substituição de Palavras ou Trechos de Texto.

Texto CG4A1-II

Em 13 de maio de 1888, o Estado brasileiro aboliu oficialmente a escravidão clássica, com a assinatura, pela princesa Isabel, da Lei Áurea. Entretanto, tal ato estatal não significou sua extinção no mundo dos fatos, pois, apesar da proibição da possibilidade jurídica de se exercer o direito de propriedade sobre uma pessoa humana, o Estado deixou de implementar reformas sociais, principalmente fundiárias e de inclusão social, que viabilizassem a

reconstrução do país e, assim, a superação do problema, especialmente o da reinserção da mão de obra outrora escrava no mercado de trabalho livre e assalariado.

No período pós-abolição da escravidão clássica, as condições de miserabilidade dos escravos recém-libertos permaneceram, especialmente pelo fato de os postos de trabalho assalariados serem destinados aos imigrantes europeus, conjuntura essa que desenhava o perfil da escravidão contemporânea. A fragilidade das leis que regulavam as relações de trabalho, à época, apesar de protagonizarem a “liberdade de contratar”, sucumbia à realidade dos fatos, que submetia os ex-escravos e demais camponeses vulneráveis à sujeição às mesmas condições de exploração exacerbada do escravismo clássico colonial.

De forma semelhante ao retrato da escravidão do passado, a escravidão contemporânea consiste em grave violação a direitos fundamentais, ao limitar a liberdade da pessoa humana do trabalhador, atingindo-lhe o *status libertatis* e, com efeito, a sua dignidade. Vilipendia direitos mínimos e caros à autodeterminação humana e viola valores e princípios sagrados e essenciais à sobrevivência distintiva com relação aos seres irracionais e que alicerçam as balizas mínimas de dignidade.

A escravidão contemporânea deve ser concebida como a coisificação, o uso e o descarte de seres humanos: o limite e o instrumento necessários para garantir o lucro máximo. Trata-se da superexploração gananciosa do homem pela forma mais indigna possível: na escravidão dos dias atuais, o ser humano é transformado em propriedade do seu semelhante, que está em uma posição de classe economicamente superior – e isso ocorre a tal ponto que se anula o poder deliberativo da sua função de trabalhador: ele pode até ter vontades, mas não pode realizá-las.

Internet: <<https://acervo.socioambiental.org>> (com adaptações).

Assinale a opção em que a reescrita do segundo período do segundo parágrafo do texto CG4A1-II mantém a correção gramatical e os sentidos originais do texto.

- (A) Apesar de protagonizar a “liberdade de contratar”, a fragilidade das leis que regulavam as relações de trabalho, à época, sucumbia à realidade dos fatos, que submetia os ex-escravos e demais camponeses vulneráveis à sujeição às mesmas condições de exploração exacerbada do escravismo clássico colonial.
- (B) A fragilidade das leis que regulavam as relações de trabalho, à época, apesar de protagonizarem a “liberdade de contratar”, sucumbia a realidade dos fatos, que submetia os ex-escravos e demais camponeses vulneráveis a sujeição as mesmas condições de exploração exacerbada do escravismo clássico colonial.
- (C) A fragilidade das leis que regulavam as relações de trabalho, à época, apesar de protagonizarem a “liber-

46. CEBRASPE (CESPE) - ATRIB (PREF MARINGÁ)/PREF MARINGÁ/2022

Assunto: Direito Constitucional - Disposições Gerais (Administração Pública - arts. 37 e 38 da CF/1988)

Para que seja possível responsabilizar o Estado por atos legislativos inconstitucionais, é imprescindível que

- (A) haja nexos causal entre a lei inconstitucional e o dano ocorrido.
- (B) a lei tenha caráter genérico e abstrato.
- (C) a inconstitucionalidade tenha sido reconhecida pelo Poder Legislativo antes de declarada pelo Poder Judiciário.
- (D) a lei tenha sido promulgada pelo Congresso Nacional.
- (E) tenha ocorrido vício de inconstitucionalidade material.

47. CEBRASPE (CESPE) - NER (TJ SC)/TJ SC/REMOÇÃO/2023

Assunto: Direito Constitucional - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), certos servidores públicos serão aposentados compulsoriamente aos 75 anos de idade. Consoante o STF, essa regra se aplica a tabelião ou registrador titular de serventia não estatizada caso ele

- (A) exerça outra atividade além da delegação.
- (B) tenha ocupado a serventia como interventor, em razão de perda da delegação do titular anterior.
- (C) seja ocupante de cargo público efetivo e receba remuneração proveniente dos cofres públicos.
- (D) seja ocupante da serventia antes da data de promulgação da CF.
- (E) não seja concursado.

48. CEBRASPE (CESPE) - OF (CBM RO)/CBM RO/COMBATENTE/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

De acordo com o entendimento do STF acerca do exercício do direito de greve pelos servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública, assinale a opção correta.

- (A) A CF assegura o direito de greve e prevê que a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Dessa forma, caso não editada a referida

lei, o direito de greve poderá ser exercido por todos os trabalhadores, inclusive os servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública.

(B) O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.

(C) A atividade de segurança pública é típica de Estado e imprescindível à manutenção da normalidade democrática. Dessa forma, o direito de greve dos servidores públicos integrantes dessas carreiras pode ser exercido desde que seja mantido um quantitativo mínimo em atividade, assegurando-se a continuação dos serviços prestados à sociedade.

(D) É assegurado o direito de greve a todos os trabalhadores e servidores públicos, independentemente da atividade exercida, punindo-se os responsáveis por eventuais abusos cometidos.

(E) Na existência de colisão de direitos constitucionais, deve prevalecer a garantia individual do servidor público, integrante das carreiras de segurança pública, ao exercício do direito de greve, em detrimento do interesse geral de segurança interna, tendo em vista a possibilidade de complementação dessa atividade pela iniciativa privada.

49. CEBRASPE (CESPE) - AJ TRT8/TRT 8/JUDICIÁRIA/"SEM ESPECIALIDADE"/2022

Assunto: Direito Constitucional - Dos Servidores Públicos (arts. 39 a 41 da CF/1988)

Julgue os itens a seguir, no que tange aos parâmetros a serem observados para a fixação dos padrões de vencimento e demais componentes do sistema remuneratório dos servidores públicos, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

- I** a natureza do cargo
 - II** o grau de responsabilidade do cargo
 - III** a complexidade do cargo
 - IV** os requisitos para a investidura no cargo
 - V** as peculiaridades do cargo
- Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens **I**, **III** e **V** estão certos.
- (B) Apenas os itens **I**, **II**, **III** e **IV** estão certos.
- (C) Apenas os itens **I**, **II**, **IV** e **V** estão certos.
- (D) Apenas os itens **II**, **III**, **IV** e **V** estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.